



Formação acadêmica X Atuação profissional¹

Debatedora: Profa. Ms. Rosimeri Ferraz Sabino (UFS)

Das nove atribuições do secretário executivo, sete representam tarefas de administração em processos secretariais, tornando evidente a necessidade do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos na área de ciências administrativas. As diretrizes curriculares, que têm o objetivo de servir de orientação para a elaboração dos currículos e projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior e são instituídas pelo Conselho Nacional de Educação- CNE, estabelecem que o Bacharel em Secretariado Executivo deve ser preparado para a atuação na administração pública e privada e refere-se aos projetos pedagógicos relacionando-os às atividades “[...] gerenciais, de assessoramento, de empreendedorismo e de consultoria, contidas no exercício das funções de secretário executivo [...]”

A lei regulamentadora da profissão deixa clara a qualificação necessária para o exercício no mercado de trabalho, caracterizando como Secretário Executivo “[...] o profissional diplomado no Brasil por curso superior de Secretariado, reconhecido na forma da Lei, ou diplomado no exterior por curso superior de secretariado, cujo diploma seja revalidado no Brasil, na forma da Lei [...]”. Entende-se, pois, que o indivíduo que venha a ocupar o posto de secretário executivo, sem o atendimento àquele requisito da lei, estará em situação irregular no mercado.

A fiscalização das profissões regulamentadas que não contam com Conselho Profissional próprio, caso do secretário executivo, ocorre através do Ministério do Trabalho, baseado na Consolidação das Leis do Trabalho, que em seu artigo 49, item II, cita: “[...] Para os efeitos da emissão, substituição ou **anotação de Carteiras de Trabalho e Previdência Social**, considerar-se-á, crime de falsidade, com as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal [...] Afirmar falsamente a sua própria

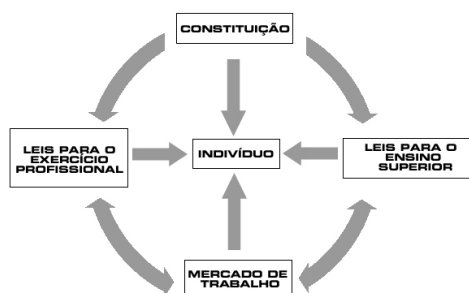
¹ Texto produzido para debate na mesa coordenada “Formação acadêmica X atuação profissional”, no 2º ENASEC.

identidade, filiação, lugar de nascimento, residência, **profissão** ou estado civil e beneficiários, ou atestar os de outra pessoa [...]”(grifos nossos).

Dessa forma, a anotação do cargo de secretário executivo de um indivíduo não qualificado nos ditames da lei, acarreta em crime de falsidade documental, caracterizado no art 299, do Código Penal como o ato de:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

A compreensão da cadeia formada por essas legislações é fundamental para a avaliação da empregabilidade do profissional de Secretariado Executivo, visto que restringem, sob punição inclusive, a ocupação do campo de trabalho. Esse, por sua vez, serve de elemento para as pesquisas de planejamento da demanda educacional, influenciando no número de ofertas de vagas e cursos, tanto nas IES públicas, como privadas.



Um dos instrumentos utilizados para as previsões de formação universitária são os registros profissionais, os quais “[...] constituem fontes seguras para o acompanhamento e controle do mercado. Atualizados pelos serviços públicos ou pelas organizações de ‘classe’, refletem uma realidade presente [...]” (Brito, 1992). No caso do secretário executivo brasileiro, o registro profissional, devido à ausência de um Conselho Profissional, é emitido pelo Ministério do Trabalho. Este órgão é, portanto o responsável também pela fiscalização junto às organizações que empregam os

secretários executivos, e o resultado de suas ações reflete no âmbito da formação desses profissionais.

Quando analisado o potencial do mercado, através do número de empresas, e o número de profissionais habilitados, são visíveis as distorções causadas pelo inadequado acompanhamento daquele órgão, em seu papel fiscalizador.

Um exemplo disso é o panorama laboral para a profissão em Sergipe. A economia sergipana conta com 18.147 estabelecimentos, distribuídos nos setores da indústria, construção civil, comércio, serviços e agropecuária (FIES, 2009). Considerando que a atuação secretarial não é restrita ao âmbito privado, torna-se relevante incluir como espaço de trabalho as secretarias da gestão pública. O Estado tem 30 secretarias administração direta e 26 de administração indireta no Governo, além de 49 secretarias federais e 75 prefeituras.

Para atendimento a essas empresas, há 106 técnicos em Secretariado e 111 secretários executivos devidamente registrados na Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de Sergipe – SRTE/SE e, portanto, credenciados ao exercício regular no mercado (SRTE/SE, 2011). Em uma projeção para a ocupação no mercado, relacionando o número de organizações empresariais de pequeno, médio e grande porte, as quais representam 9,80% do total no Estado, e o número de secretarias públicas, à hipótese de contratação de pelo menos um secretário executivo por instituição/órgão, seria necessário um contingente de 1.959 profissionais. Isso representaria um déficit de 94,33% de secretários executivos habilitados em Sergipe.

A delineação desse cenário para o futuro é ainda mais agravante, pois, mesmo considerando a totalidade das vagas anuais ofertadas na única formação gratuita em nível superior no Estado, seriam necessários 37 anos para suprir a atual demanda de profissionais credenciados em nível superior. Cabe lembrar que o citado curso formou apenas dezoito secretários executivos até o momento desta investigação, representando 36% dos novos ingressantes na formação. Alia-se a isso o crescimento da economia sergipana, que apresenta taxas superiores à média brasileira e do nordeste (Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia – SEDETC, 2011), o que conduz à expansão de negócios e consequente busca por profissionais.